



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUNCITERN

Rua Machado de Assis, 394 – Centro. Edifício Empresarial Antônio Bolão, CEP 59.610-030, Mossoró-RN.
Fone/Fax (84) 3316-9868 – E-mail: funcitern@gmail.com
CNPJ: 21.212.556/0001-11 – Insc. Municipal: 024.085-0 – Insc. Estadual: Isenta

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023-FUNCITERN

A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUNCITERN, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 21.212.556/0001-11, sediada na Rua Machado de Assis, 394 – Centro. Edifício Empresarial Antônio Bolão, CEP 59.610-030, Mossoró-RN, através de seu Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria nº 004/2022- FUNCITERN, de 31 de outubro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço por item**, cujo objeto está definido abaixo, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, os termos da Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, dos Decretos Estaduais nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 (que regulamenta no Estado, a aplicação do pregão na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns) e 19.938, de 31 de julho de 2007 (que regulamenta a aplicação, no âmbito das licitações realizadas pelo Poder Executivo Estadual, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, destinada as licitações exclusivas para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), ambos alterados pelo Decreto Estadual nº 21.709, de 23 de junho de 2010, além dos Decretos Estaduais nº 20.866, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de cláusulas nos contratos de prestação de serviços e 26.881, de 23 de maio de 2017 (que institui normas para a contratação de empresas de prestação de serviços pelos Órgãos da Administração Direta e Indireta no Estado do Rio Grande do Norte) e Decreto Federal nº 10.024/2019, de 20 de setembro de 2019, bem como em seus instrumentos convocatórios e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93, atualizada, bem como pelo estabelecido neste Edital e seus Anexos.

I – DO OBJETO E DO VALOR ESTIMADO

1.1. Objeto: Contratação de empresa, para prestação de serviços de monitoramento e patrulhamento com vigilância eletrônica através de sistemas de alarmes, com câmeras em todo perímetro e monitoramento 24h, disponibilização de equipamentos para geração própria de energia (através de sistema solar), acessórios e software de comunicação com a central de monitoramento; deve incluir também o fornecimento dos materiais, preparação e montagem da infraestrutura para a implantação de todo o sistema de monitoramento remoto, sendo circuito fechado (CFTV) e alarme, o contrato deve incluir também a manutenção preventiva e corretiva a cada 15 dias, com disponibilidade de atendimento de um técnico, em até 24h, em caso de pane. O serviço deve contemplar duas bases do Projeto PMP2, gerenciado pela Fundação, sendo elas, o Centro de Reabilitação de Fauna Marinha (CRF) – Areia Branca/RN e a Base Operacional de Diogo Lopes – Macau/RN, a fim de garantir a segurança dos animais, como dos colaboradores, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos. Será utilizado como valor de disputa o menor preço total, conforme exigências estabelecidas neste Edital.

1.2. O valor estimado mensal, para a contratação da empresa fica em **R\$ 37.829,00 (Trinta e sete mil, oitocentos e vinte e nove reais)**, portanto, o valor total estimado máximo não poderá ultrapassar **R\$ 453.948,00 (Quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e quarenta e oito reais)**, conforme disposto no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

1.3. O valor considerado para disputa será o valor total máximo **ANUAL**.

1.4. No valor total estimado máximo da contratação já deve estar incluído todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como outras despesas que incidam na contratação. Além disso, o valor deve incluir os seguintes itens obrigatórios para a execução do serviço:

QUANT	DESCRIÇÃO
2	Central de alarme de monitoramento via internet/GPRS
8	Sensores de presença pet, com regulagem acima de 30Kg
10	Sensores infravermelho ativos IRA 115, ou modelo superior
8	Câmeras sem fio IM5 S com cartão SD 64, ou modelo superior
1	DVR 16 canais 1080P
16	Câmeras full 1080P



3	Caixas de cabo Cat5E 100% cobre
2	Baterias 7 Amper 12WTS, ou modelo superior
1	Power conversor 16 canais 1080P
50	Conectores RJ 45
1	Moldem com chip integrado (Para geração de comunicação com a central de monitoramento)
2	Baterias de gel 100 Amper estacionária, ou modelo superior
6	Patrulheiros não armados com escala 12x36

1.5. A empresa deve disponibilizar também acessórios e software de comunicação com a central de monitoramento e equipamentos para geração própria de energia (através de sistema solar), além de garantir o acesso à internet, visto que no local não dispõe de energia elétrica e internet para comunicação.

1.6. A empresa deve apresentar, em até 30 dias, comprovação que detém estrutura física de apoio em Areia Branca e Diogo Lopes, não necessariamente na forma de matriz ou filial, contendo equipe necessária capacitada para deslocamento em razão de invasões, casos fortuitos ou força maior, considerando a necessidade do projeto, para maior eficácia e celeridade nas soluções emergenciais de segurança das respectivas áreas objeto do contrato.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 07/12/2023.

HORÁRIO: Às 09 horas (Brasília/Distrito Federal).

LOCAL: www.bb.com.br, em "sala de negócios" ou no www.licitacoes-e.com.br, opção "acesso identificado".

Número da Licitação (licitações-e): 1028964

II – DOS ANEXOS

2.1. Integram este Edital os seguintes Anexos:

2.1.1. Anexo I – Termo de Referência

2.1.2. Anexo II – Minuta de Contrato

III – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em Sessão Pública, por meio de Sistema Eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionários da **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUNCITERN**, designado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "licitações", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A, nos endereços, www.bb.com.br, em "sala de negócios" ou no www.licitacoes-e.com.br, opção "acesso identificado".

3.3. Observado o prazo legal, o interessado poderá formular consultas ou pedidos de esclarecimentos pelo e-mail: licitacoesfuncitern@gmail.com. A impugnação ao Edital poderá ocorrer no prazo de 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública nos termos do art. 16, do Decreto Estadual nº 20.103/2007.

3.4. As consultas serão respondidas diretamente aos licitantes interessados e disponibilizadas no site: www.licitacoes-e.com.br, no campo MENSAGENS, no link correspondente a este Edital.



3.5. O licitante deverá observar, rigorosamente, os prazos limites (data e horário) para recebimento de propostas, bem como de abertura e início da sessão de disputa de preços, de acordo com as informações abaixo:

<p style="text-align: center;">INÍCIO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTA: Data: 07/12/2023 às 09h</p> <p style="text-align: center;">ABERTURA DAS PROPOSTAS. Data: 07/12/2023 às 10h</p> <p style="text-align: center;">PREGÃO – DISPUTA DE PREÇOS: Data: 07/12/2023 às 11h</p> <p style="text-align: center;">TEMPO DE LANCE INICIAL: Minutos: 05 Minutos</p> <p style="text-align: center;">REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão</p>
--

IV – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, de documentação, constantes neste Edital e seus Anexos, e que estejam credenciados no Banco do Brasil S/A, em qualquer agência sediada no país;

4.2. O credenciamento deverá ser feito até três dias úteis antes da data da realização do Pregão, **não sendo necessário ser cliente do Banco do Brasil para se cadastrar e obter a chave de acesso e senha.**

4.3. Não poderão participar desta licitação empresas que se enquadrar em uma ou mais das seguintes situações:

- a) que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- b) que estejam sob regime de concordata ou falência;
- c) em consórcio ou associação, de acordo com o art. 14 do Decreto nº 20.103/2007;
- d) que estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela FUNCITERN.

4.4. Os impedimentos, acaso existentes, deverão ser declarados pela Empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

V – DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. CONDUÇÃO DO CERTAME

5.1.1. O certame será conduzido por colaborador da FUNCITERN, designado Pregoeiro, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: acompanhar o trabalho da Equipe de Apoio; responder a questionamentos; abrir, analisar a aceitabilidade, classificar e desclassificar as propostas; conduzir os procedimentos relativos a lances; verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar; declarar o vencedor; receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos; elaborar a ata; encaminhar o processo devidamente instruído e após adjudicação, à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

5.2. CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS NO APLICATIVO “LICITAÇÕES”

5.2.1. Para acesso ao Sistema às pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida junto às Agências do Banco do Brasil S/A sediadas no país.

5.2.2. Para obtenção de chave e senha para seus representantes, as pessoas jurídicas ou físicas deverão apresentar procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no “LICITACOES-E”.



5.2.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.2.4. A chave de identificação e a senha terão validades determinadas pelo Banco do Brasil e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico realizado no “LICITACÕES-E”, sendo necessárias para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificada.

5.2.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a FUNCITERN ou ao Banco do Brasil S.A., a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.2.6. O credenciamento da licitante/prestadora de serviço e de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

5.3.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha privativa e do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, observados data e horário limites estabelecidos neste Edital.

5.3.2. O Sistema de licitações poderá ser acessado diretamente nos endereços eletrônicos www.bb.com.br, em “sala de negócios” ou no www.licitacoes-e.com.br, opção “*acesso identificado*”.

5.3.3. Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que tem pleno conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

5.3.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.3.5. Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

5.4. DA ABERTURA DA SESSÃO E DOS PROCEDIMENTOS LEGAIS

5.4.1. A partir do horário previsto no Sistema e informado no Edital, terá início a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

5.4.2. Aberta à etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao Sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será, imediatamente, informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.4.3. A etapa de lances terá o tempo inicial de 05 (cinco) minutos, cujo aviso de fechamento iminente será emitido pelo Sistema Eletrônico. Após o encerramento, transcorrerá o acréscimo de tempo extra, determinado aleatoriamente pelo Sistema, que será no máximo de 30 (trinta) minutos, findo o qual será, automaticamente, encerrada a recepção de lances.

5.4.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.4.5. Durante o transcurso da Sessão Pública, os participantes serão informados, em tempo real, do menor valor. O Sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.



5.4.6. Alternativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a Sessão Pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de 30 (trinta) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

5.4.7. O Sistema informará a melhor proposta, imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor preço global.

5.4.8. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante prestadora do serviço desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.

5.4.9. Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor valor e o estimado para a contratação.

5.4.10. No caso de empate entre duas ou mais propostas e, não havendo lances, o desempate se fará, obrigatoriamente por sorteio, para o qual serão convocados os participantes.

5.4.11. Não sendo aceitável o preço da primeira colocada, ao Pregoeiro é facultado abrir negociações bilaterais com a empresa classificada em primeiro lugar objetivando uma proposta que se configure de interesse da Administração.

5.4.12. Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido menor preço, bem como decidir sobre sua aceitação.

5.4.13. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor da proposta ou lance de menor valor.

5.4.14. O Sistema disponibilizará relatórios e ata circunstanciada, que poderão ser impressos pelos participantes.

VI – DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. Ao oferecer a sua proposta no Sistema Eletrônico, a licitante deverá preencher, obrigatoriamente, o campo Condições do Proponente, com as seguintes informações:

6.1.1. O preço proposto deverá ser expresso em algarismo e por extenso, valendo este na hipótese de divergência.

6.1.2. Na consideração dos preços para estabelecimento do menor valor, já deverão estar incluídas todas as despesas adicionais, tais como impostos, taxas, fretes e outros.

6.1.3. Ocorrendo omissão, por parte da Licitante, das responsabilidades descritas no item anterior entender-se-á como incluídos no valor do preço cotado.

6.1.4. Nas propostas de preços para os serviços/materiais licitados devem constar explicitamente às especificações conforme informações no Anexo I do Edital.

6.1.5. Os licitantes encaminharão, por meio do sistema, concomitantemente com a proposta, até a data e o horário estabelecidos para abertura das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.2.1. Para fins de julgamento das propostas será considerado vencedor o licitante que ofertar o menor preço global, desde que atendam às exigências do Edital.

6.2.2. Não serão aceitas propostas que apresentarem valores que se enquadrem nos seguintes trechos: descontos simbólicos, irrisórios ou de valor igual à zero.



6.2.3. Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.

6.2.4. Não serão consideradas propostas com alternativas, valores ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes, devendo os proponentes se limitarem às especificações deste Edital.

6.2.4.1. Serão desclassificadas as propostas que:

a) apresentarem valor igual a zero ou manifestamente inexequíveis, assim consideradas aquelas que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado;

b) apresentarem proposta alternativa.

6.2.5. Se todas as propostas forem desclassificadas ou se todos os licitantes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ocasionaram as desclassificações ou as inabilitações, concorde com o art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

6.2.6. Abertas às propostas, não mais caberá desistência da proposta, nos termos do § 6º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, cancelamento, retificações ou alterações nas condições estabelecidas.

6.2.7. Os erros, equívocos e omissões havidos nas cotações, serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se da prestação do serviço referente ao objeto da presente licitação.

6.2.8. A proposta deverá ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.2.9. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.2.10. Encerrada a etapa de lances, a Empresa arrematadora deverá enviar a proposta com o valor final, negociado com o pregoeiro para o e-mail licitacoesfuncitern@gmail.com, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, juntamente com os documentos habilitatórios.

VII – DA APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS DO ARREMATADOR

7.1. Encerrada a etapa de lances, o Licitante arrematador deverá enviar sua proposta de preços com valor final, negociado com o pregoeiro, juntamente com os documentos habilitatórios para o e-mail: licitacoesfuncitern@gmail.com, no prazo máximo de **02 (duas) horas**.

7.2. A proposta de preço do licitante arrematador deverá ser apresentada em papel timbrado ou personalizado, contendo razão social completa da licitante, digitada ou impressa por qualquer processo eletrônico, redigida em linguagem clara, no idioma oficial do Brasil, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada pelo representante legal da empresa na última folha e rubricada nas demais, e conter o seguinte:

7.2.1. Os preços ofertados deverão estar expressos em algarismos e por extenso, prevalecendo, na ocorrência de discrepância, o valor por extenso;

7.2.2. Declaração expressa de que o preço ofertado será fixo e irrevogável e neles encontram-se incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais;

7.2.3. Declaração de validade da proposta por prazo não inferior a **60 (sessenta) dias consecutivos**, a contar da data da apresentação, sendo este os prazos considerados em caso de omissão, excluídos os prazos de recursos administrativos.

7.2.4. Declaração em papel timbrado com CNPJ da pessoa jurídica, indicando o nome, qualificação, endereço e CPF do seu representante legal que assinará o contrato;



7.2.5. Indicar nome do estabelecimento bancário, localidade e números da conta corrente e agência em que deverá ser efetivado o pagamento. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização da entrega do objeto licitado será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

VIII – DA HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

8.1.1. A comprovação da situação da licitante no SICAF será feita pelo pregoeiro mediante consulta “on-line”.

8.1.2. Será verificado, ainda, pelo Pregoeiro ou pela Equipe de Apoio, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a União, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.br/improbidade adm/consultar requerido.php](http://www.cnj.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

c) Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>.

8.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.4. Caso conste na consulta a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.6 A licitante deverá apresentar habilitação parcial válida no SICAF ou apresentar os documentos que supram tal habilitação.

8.2. A LICITANTE detentora do menor preço e em situação irregular no SICAF, deverá apresentar, dentre os seguintes documentos de habilitação aquele(s) capaz(es) de sanar a irregularidade:

8.2.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial, para empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como suas alterações, devidamente registrado, para as sociedades, com fins econômicos, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado, acompanhada de prova da diretoria em exercício, para as demais entidades civis com fins não econômicos;

8.2.2 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e

e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.2.2.1 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.3 A licitante detentora do menor preço, em situação regular ou não no SicaF, deverá ainda apresentar documentação complementar, que compreende a seguinte Declaração: “Declaração de fato impeditivo da habilitação, ciente da obrigatoriedade legal de informar acerca de fatos supervenientes”. (preenchidas de forma virtual, por intermédio do sítio www.comprasgovernamentais.com.br:

a) Declaração de que a licitante não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de **16 (dezesesseis) anos** em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de **14 anos**, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

b) Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação, ciente da obrigatoriedade legal de informar acerca de fatos supervenientes”, nos termos do art. 32, §2º. Da Lei nº. 8.666/93; e

c) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com a Instrução Normativa nº 2/SLTI/MPDG, de 16 de setembro de 2009.

8.4. Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que declare ter o licitante fornecido, satisfatoriamente, materiais compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação, em características, prazos e quantidades iguais ou similares às apresentadas no termo de referência (Anexo I);

8.4.1. A licitante deverá apresentar o documento comprobatório (Nota fiscal, nota de empenho, contrato e etc.) do atestado de capacidade técnica;

8.4.2. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.5. A empresa deve comprovar seu registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e a comprovação de possuir em seu corpo técnico profissional qualificado, com formação em engenharia elétrica, detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado, nos quais compreendem a montagem da infraestrutura para a implantação de todo o sistema de monitoramento remoto, sendo circuito fechado (CFTV) e alarme, meios de vigilância eletrônica, entre outros.

8.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;



8.6.2.1. As empresas, cujo balanço cadastrado no SICAF, apresentar resultado igual ou menor que 01 (Um) em qualquer dos índices - de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC) - deverá comprovar que, na data de apresentação das propostas, possui capital social registrado e integralizado igual ou superior a 10,00% (dez por cento) do estimado para esta licitação, conforme estabelece o § 3º do Art. 31, da Lei nº 8.666/93.

8.7. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

IX – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

9.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do PREGÃO. Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados ao pregoeiro “exclusivamente” por meio eletrônico via internet, através do e-mail: licitacoesfuncitern@gmail.com.

9.2. A apresentação de impugnação contra o presente Edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no Decretos Estaduais nº 20.103, de 19 de outubro de 2007, que regulamentam a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, devendo ser encaminhada diretamente ao Pregoeiro da FUNCITERN no endereço retro.

9.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

9.4. O envio da proposta sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

9.5. Após declarado o vencedor do Pregão, o Sistema abrirá um prazo de **20 (vinte) minutos** para os licitantes manifestarem a intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, com registro da síntese das suas razões. No caso em questão o licitante deverá encaminhar os memoriais a FUNCITERN, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da interposição do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões, em igual número de dias. O prazo para apresentação das contra-razões será contado a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.6. A falta de manifestação dentro do prazo estabelecido no subitem anterior, motivada, importará a preclusão do direito de recurso.

9.7. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

9.8. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.9. Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro, após comunicação ao interessado, submeterá o recurso devidamente informado à Autoridade Competente que proferirá decisão definitiva quanto à adjudicação do objeto da licitação e à homologação do procedimento.

9.10. Não serão conhecidos os recursos cujas petições não sejam apresentadas tempestivamente.

9.11. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666, de 1993;

X – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante 24da CONTRATADA;

10.1.2. Executar o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos serviços, comunicando à CONTRATADA, quaisquer irregularidades, solicitando a imediata substituição ou correção do que estiver em desacordo com as exigências e/ou especificações deste edital;



10.1.3. Efetuar o pagamento à empresa fornecedora no valor correspondente, no prazo e forma estabelecidos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências desta contratação;

10.1.4. A FUNCITERN não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa fornecedora com terceiros, ainda que vinculados à aquisição do bem, como também não responderá por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa fornecedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:

10.2.1. A empresa fornecedora deve cumprir todas as condições e obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo com exclusividade os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.2.2. A empresa deverá apresentar, em até 30 dias, comprovação que detém estrutura física de apoio em Areia Branca e Diogo Lopes, não necessariamente na forma de matriz ou filial, contendo equipe necessária capacitada para deslocamento em razão de invasões, casos fortuitos ou força maior, considerando a necessidade do projeto, para maior eficácia e celeridade nas soluções emergenciais de segurança das respectivas áreas objeto do contrato.

10.2.2.1. Não será permitido utilizar a base do projeto como local de apoio.

10.2.2.2. A não comprovação no prazo estipulado incorrerá na rescisão do contrato e as demais sanções previstas em lei, bem como na aplicação de multa no valor de 20% do valor total do contrato.

10.2.3. A contratada deverá apresentar um plano de ação em caso de emergência na localidade monitorada, citando os elementos contidos no item 10.2.2;

10.2.4. Deverá apresentar também plano de manutenção e de reparação dos itens contidos no objeto da contratação;

10.2.5. Deverão estar inclusos, no valor do serviço, todos os custos como taxas, impostos, fretes e outros.

10.2.6. A CONTRATADA deverá responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

10.2.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da FUNCITERN;

10.2.8. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da FUNCITERN, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela FUNCITERN;

10.2.9. Executar o serviço fielmente, em conformidade com as exigências constantes no Edital e seus anexos;

10.2.10. Comunicar à FUNCITERN, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto;

10.2.11. Comunicar à Administração da FUNCITERN qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

10.2.12. Ao término de cada mês, a contratada deverá emitir e enviar ao setor financeiro da FUNCITERN, via e-mail, a Nota Fiscal, acompanhando de relatório com descrição do fornecimento dos itens e certidões negativas de débitos tributários e trabalhistas para viabilização do devido pagamento;

10.2.13. A empresa deve estar devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e possuir profissional qualificado em seu corpo técnico, com formação em engenharia elétrica, detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado, nos quais compreendem a montagem da infraestrutura para a implantação de todo o sistema de monitoramento remoto, sendo circuito fechado (CFTV) e alarme, meios de vigilância eletrônica, entre outros.



10.2.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão;

10.2.15. Recolher todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a FUNCITERN;

10.2.16. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido em dependência da FUNCITERN;

10.2.17. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

10.2.18. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação resultante deste Pregão.

10.3. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

10.3.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da FUNCITERN para execução do contrato decorrente deste Pregão;

10.3.2. A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da FUNCITERN;

10.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da FUNCITERN, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a FUNCITERN.

XI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 As despesas inerentes a este Pregão correrão à conta do Projeto de Monitoramento de Praias (PMP), gerenciado pela **Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte** e serão especificadas ao tempo da emissão da ordem de fornecimento.

XII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

12.1. Ao final do mês, a CONTRATADA deve apresentar ao Setor de Recebimento da FUNCITERN nota fiscal/fatura discriminada, para liquidação e pagamento da despesa pela FUNCITERN, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente, preferencialmente no Banco do Brasil, a ser indicada pelo fornecedor e/ou prestador de serviços;

12.2. A FUNCITERN poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Edital;

12.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

12.4. Atesto de conformidade da entrega do(s) produto(s);

12.5. Comprovação de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal do domicílio ou sede;

12.6. As despesas inerentes a este Pregão correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias conforme Item 11 deste edital.

12.7. É expressamente proibido a realização de pagamentos antecipados.

XIII – DA VIGÊNCIA:



13.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura e será restrito à vigência do respectivo crédito orçamentário, nos termos do artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993, podendo o mesmo ser renovado mais 4 (quatro) vezes, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que, em comum acordo entre as partes.

XIV – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato, mediante celebração de Termo Aditivo.

XV – REAJUSTE E/OU REPACTUAÇÃO:

15.1. As condições de reajuste de preço são as constantes na Cláusula Décima Segunda do Anexo II – Minuta do Contrato, parte integrante deste Edital nos termos § 1º do artigo 62 da Lei nº 8.666/93 e suas modificações.

15.2. Quando verificar necessidade com relação a variação dos preços de mercado, a CONTRATADA poderá solicitar o reajuste de valores, o mesmo será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBG, nos termos do Art. 40º, inciso XI da Lei nº 8.666/93.

XVI – DA RESCISÃO:

16.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas no Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, entregue diretamente à CONTRATADA, ou por via postal com prova de recebimento. Ficará a critério da CONTRATANTE declarar rescindido o Contrato ou aplicar multa;

16.1.1. Será rescindido o Contrato, por ato unilateral e escrito da Administração, nos seguintes casos:

- a) não cumprimento de cláusula contratual, especificações, projetos ou prazos;
- b) cumprimento irregular de cláusula contratual, especificações, projetos ou prazos;
- c) paralisação na execução dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- d) subcontratação parcial do objeto do Contrato, ou associação da CONTRATADA com outrem sem permissão e aprovação, por escrito, da CONTRATANTE;
- e) subcontratação total do objeto do Contrato, ou a sua cessão ou transferência total ou parcial a outrem;
- f) desatendimento das determinações regulares do representante da CONTRATANTE designado para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, assim como de seus superiores;
- g) cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotados pelo representante da CONTRATANTE na fiscalização;
- h) decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de concurso de credores;
- g) dissolução legal, convencional ou contratual da pessoa jurídica contratada ou falecimento, em caso de o contratado ser pessoa física;
- h) alteração social ou modificação da finalidade da CONTRATADA, ou, ainda, de sua estrutura, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) razões de interesse público, devidamente justificadas e autorizadas pela autoridade competente;
- j) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77, da Lei nº 8.666/93.

16.2. O presente Contrato poderá, ainda, ser rescindido por acordo entre as partes, amigavelmente, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, ou, judicialmente, nos termos da legislação vigente.

XVII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar/aceitar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a FUNCITERN, e será suspensa de participar de licitações com a FUNCITERN, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e seus Anexos e das demais cominações legais, tudo depois de garantido o direito de prévia defesa;



17.2. Caso à adjudicatária se recuse a assinar o Contrato/autorização de fornecimento, dentro do prazo e condições estabelecidas, reservar-se-á à FUNCITERN, o direito de convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação;

17.2.1. Ocorrendo a situação prevista na cláusula anterior, será facultado ao pregoeiro negociar com o(s) licitante(s) remanescente(s), objetivando alcançar melhores preços, prazos e condições de entrega;

17.2.2. Fica a critério da FUNCITERN a convocação e a contratação do(s) licitante(s) remanescente(s) nos termos do item 17.2.1;

17.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, após o término do prazo estipulado para a entrega do objeto, a FUNCITERN poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a FUNCITERN, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3.1. A multa prevista no item 17.3, alínea “b”, será aplicada quando a Contratada descumprir cláusulas editalícias, não observar o prazo de execução dos serviços, ou retardar a assinatura do contrato. O valor da multa será aplicado no percentual de 1,0% (Um por cento) sobre o valor total da Autorização de fornecimento, por infração a qualquer cláusula ou condição não solucionada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, que será automaticamente descontado do valor do faturamento que a CONTRATADA vier a fazer jus, somados a multa de mora de 0,30% (trinta décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, independentemente das sanções legais que possam ser aplicadas, salvo se o prazo for prorrogado pela administração da FUNCITERN;

17.4. As sanções previstas no subitem 17.3 (advertência, suspensão temporária de participação em licitação promovida pela FUNCITERN e impedimento de contratar com a Administração, e declaração de inidoneidade) poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**;

17.5. A licitante estará, ainda, sujeita às penalidades;

17.6. DA APLICAÇÃO DA MULTA

17.6.1. Ocorrida à inadimplência, a multa será aplicada pela FUNCITERN, observando-se o seguinte:

17.6.1.1. A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias;

17.6.1.2. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela licitante vencedora, esta será convocada a recolher à FUNCITERN, o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da comunicação;

17.6.1.3. A CONTRATADA terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data da ciência da aplicação da multa, para apresentar recurso à FUNCITERN. Ouvido o encarregado para o acompanhamento da entrega do material, o recurso será apreciado pela Administração da FUNCITERN, que poderá relevar ou não a multa, sendo fundamentada a decisão da FUNCITERN;

17.6.1.4. Em caso de relevação da multa, a FUNCITERN se reserva no direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados;

17.6.1.5. Caso a FUNCITERN mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo;

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



18.1. A FUNCITERN, na defesa do interesse do Serviço Público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se ao direito de prorrogar, anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação.

18.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o licitante que, tendo-o aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura das propostas de preços, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18.3. Na contagem dos prazos deste Edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, considerando o expediente normal, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00h.

18.4. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pelo Pregoeiro, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis às Licitações e com os Princípios Gerais do Direito.

18.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade para a contratação do serviço pela Administração.

Mossoró/RN, 23 de novembro de 2023.

Rafael Ramon Fonseca Rodrigues
Diretor Presidente da FUNCITERN



**FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE –
FUNCITERN**

Rua Machado de Assis, 394 – Centro. Edifício Empresarial Antônio Bolão, CEP 59.610-030, Mossoró-RN.

Fone/Fax (84) 3316-9868 – E-mail: funcitern@gmail.com

CNPJ: 21.212.556/0001-11 – Insc. Municipal: 024.085-0 – Insc. Estadual: Isenta

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento e patrulhamento com vigilância eletrônica através de sistemas de alarmes, com câmeras em todo perímetro e monitoramento 24h, disponibilização de equipamentos para geração própria de energia (através de sistema solar), acessórios e software de comunicação com a central de monitoramento; deve incluir também o fornecimento dos materiais, preparação e montagem da infraestrutura para a implantação de todo o sistema de monitoramento remoto, sendo circuito fechado (CFTV) e alarme, o contrato deve incluir também a manutenção preventiva e corretiva a cada 15 dias, com disponibilidade de atendimento de um técnico, até 24h, em caso de pane. O serviço deve contemplar duas bases do Projeto PMP2, gerenciado pela Fundação, sendo elas, o Centro de Reabilitação de Fauna Marinha (CRF) – Areia Branca/RN e a Base Operacional de Diogo Lopes – Macau/RN, a fim de garantir a segurança dos animais, como dos colaboradores. Será utilizado como valor de disputa o menor preço, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. A Licitante deverá detalhar as especificações do serviço ofertado no Sistema Eletrônico. Serão desclassificadas as propostas que optarem por especificação simplória do tipo “Produto de marca X e especificação conforme edital” ou ainda que descrevam simplesmente “Produto conforme edital”;

1.3. O valor final deve incluir os seguintes itens obrigatórios para a execução do serviço:

- a) Duas centrais de alarme de monitoramento via internet/GPRS;
- b) Oito sensores de presença pet, com regulagem acima de 30Kg;
- c) Dez sensores infravermelhos ativos IRA 115, ou modelo superior;
- d) Oito câmeras sem fio IM5 S com cartão SD 64, ou modelo superior;
- e) Um DVR 16 canais 1080P;
- f) Dezesesseis câmeras full 1080P;
- g) Três caixas de cabo cat5e 100% cobre;
- h) Duas baterias 7 Amper 12WTS, ou modelo superior;
- i) Um power conversor 16 canais 1080P;
- j) Cinquenta conectores RJ 45;
- k) Dois rack 12U, ou modelo superior;
- l) Um moldem com chip integrado para geração de comunicação com a central de monitoramento;
- m) Duas baterias de gel 100 Amper estacionária, ou modelo superior;
- n) Um sistema de geração de energia própria, através de placas fotovoltaicas, além de garantir o acesso à internet, visto que no local não dispõe de energia elétrica e internet para comunicação;
- o) Seis patrulheiros não armados com escala 12x36.

1.4. A empresa deve disponibilizar também acessórios e software de comunicação com a central de monitoramento, além de equipamentos para geração própria de energia (através de sistema solar), e garantir o acesso à internet, visto que no local não dispõe de energia elétrica e internet para comunicação.

1.5. A empresa deverá apresentar, em até 30 dias, comprovação que detém estrutura física de apoio em Areia Branca e Diogo Lopes, não necessariamente na forma de matriz ou filial, contendo equipe necessária capacitada para deslocamento em razão de invasões, casos fortuitos ou força maior, considerando a necessidade do projeto, para maior eficácia e celeridade nas soluções emergenciais de segurança das respectivas áreas objeto do contrato.

1.6. Após realização de pesquisa mercadológica, o valor estimado mensal para a contratação da empresa, fica em R\$ 37.829,00 (Trinta e sete mil, oitocentos e vinte e nove reais), portanto, o valor total estimado máximo não poderá ultrapassar R\$



453.948,00 (Quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e quarenta e oito reais), nesse valor deverá estar incluso todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como outras despesas que incidam na contratação.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.1. MOTIVAÇÃO

2.1.1. É necessário a contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento e patrulhamento, buscando garantir a segurança dos colaboradores e dos animais do Projeto PMP. A contratação compreende os serviços de monitoramento e patrulhamento com vigilância eletrônica através de sistemas de alarmes, com câmeras em todo perímetro e monitoramento 24h, o serviço deve contemplar duas bases do Projeto PMP2, gerenciado pela Fundação, sendo elas, o Centro de Reabilitação de Fauna Marinha (CRF) – Areia Branca/RN e a Base Operacional de Diogo Lopes – Macau/RN, a fim de garantir a segurança dos animais, como dos colaboradores, buscando atender todas as necessidades do Projeto.

2.3. DO VALOR ESTIMADO

2.3.1. O mesmo possui valor estimado de R\$ 453.948,00 (Quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e quarenta e oito reais). Face ao exposto, e considerando o Art. 21 da Instrução Normativa nº 05/2017, referente aos procedimentos iniciais para a elaboração do planejamento, justifica-se a necessidade da aquisição exposta nesse documento.

2.3.2. O valor estimado para a presente contratação não indica qualquer compromisso futuro para a Fundação, razão pela qual não poderão ser exigidas nem consideradas como quantidades e valores para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades.

3. CONDIÇÕES DO SERVIÇO

3.1 DA PROPOSTA

3.1.1. O prazo de vigência da proposta deverá ser de, no mínimo, **60 (sessenta dias)**;

3.1.2. Na proposta deverá conter nome ou razão social do proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail), este último, se houver, para contato; bem como ser emitida em nome da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte – FUNCITERN, inscrita no CNPJ sob o nº 21.212.556/0001-11.

3.1.3. Todos os custos deverão estar inclusos, tais como, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, entre outras.

3.1.4. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3.2 CONDIÇÕES GERAIS

3.2.1. A empresa deverá prestar os serviços de monitoramento e patrulhamento com vigilância eletrônica através de sistemas de alarmes, com câmeras em todo perímetro e monitoramento 24h;

3.2.2. A empresa deve disponibilizar também acessórios e software de comunicação com a central de monitoramento, além de equipamentos para geração própria de energia (através de sistema solar), e garantir o acesso à internet, visto que no local não dispõe de energia elétrica e internet para comunicação.

3.2.3. A empresa deverá disponibilizar profissionais devidamente capacitados, além de fornecer uniformes adequados, EPIs, e arcar com as despesas dos funcionários, como: transporte, alimentação e estadias, não acarretando qualquer custo extra para a Contratante;

3.2.4. Deve incluir também o fornecimento dos materiais, a preparação e montagem da infraestrutura para a implantação de todo o sistema de monitoramento remoto, devendo ter o circuito fechado (CFTV) e alarme;

3.2.5. Também fará parte do contrato a manutenção preventiva e corretiva a cada 15 dias, com a disponibilidade de atendimento de um técnico, em até 24h, em caso de pane;

3.2.6. O serviço irá contemplar duas bases do Projeto PMP2, gerenciado pela Fundação, sendo elas o Centro de Reabilitação de



Fauna Marinha (CRF) – Areia Branca/RN e a Base Operacional de Diogo Lopes – Macau/RN;

3.2.7. O custo total da contratação deve incluir os seguintes itens obrigatórios para a execução do serviço:

- a) Duas centrais de alarme de monitoramento via internet/GPRS;
- b) Oito sensores de presença pet, com regulagem acima de 30Kg;
- c) Dez sensores infravermelhos ativos IRA 115, ou modelo superior;
- d) Oito câmeras sem fio IM5 S com cartão SD 64, ou modelo superior;
- e) Um DVR 16 canais 1080P;
- f) Dezesesseis câmeras full 1080P;
- g) Três caixas de cabo cat 5 100% cobre;
- h) Duas baterias 7 Amper 12WTS, ou modelo superior;
- i) Um power conversor 16 canais 1080P;
- j) Cinquenta conectores RJ 45;
- k) Dois rack 12U, ou modelo superior;
- l) Um moldem com chip integrado para geração de comunicação com a central de monitoramento;
- m) Duas baterias de gel 100 Amper estacionária, ou modelo superior.
- n) Um sistema de geração de energia própria, através de placas fotovoltaicas, além de garantir o acesso à internet, visto que no local não dispõe de energia elétrica e internet para comunicação;
- o) Seis patrulheiros não armados com escala 12x36.

3.2.8. O custo final também deve conter todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como outras despesas que incidam na contratação.

3.2.9. A equipe deve comunicar a Contratante imediatamente, qualquer anormalidade verificada, ou qualquer acontecimento entendido como irregular, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias. Além de registrar e controlar diariamente as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços.

3.2.10. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientações recebidas do Contratante, além de fiscalizar a entrada e saída dos veículos, pessoas e materiais nas instalações, permitindo a entrada somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas.

3.2.11. Agir em caso de flagrante delito de modo a reprimir crimes e infrações ambientais no interior das unidades.

3.2.12. Executar as rondas diárias conforme orientações recebidas do Contratante, verificando todas as dependências das instalações, além de adotar todos os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções do Projeto.

3.2.13. A contratada deve cumprir a programação dos serviços feita pela Contratante, de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos animais e dos empregados. As ações de vigilância devem se restringir aos limites das instalações e áreas de atuação do Contratante.

3.2.14. A empresa deve executar os trabalhos, de forma a garantir os melhores resultados, com boa qualidade dos serviços. A Contratada deverá se responsabilizar integralmente pelos serviços ofertados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.

4. OBRIGAÇÕES

4.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

4.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

4.1.2. Designar fiscal de contrato e acompanhar e fiscalizar do fornecimento dos serviços, comunicando à CONTRATADA, quaisquer irregularidades, solicitando a imediata substituição ou correção do que estiver em desacordo com as exigências e/ou especificações deste edital;

4.1.3. Efetuar o pagamento à empresa fornecedora no valor correspondente, no prazo e forma estabelecidos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências desta contratação;



4.1.4. A FUNCITERN não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa fornecedora com terceiros, ainda que vinculados à aquisição do bem, como também não responderá por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa fornecedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:

4.2.1. A empresa fornecedora deve cumprir todas as condições e obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo com exclusividade os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.2.2. Deverão estar inclusos, no valor do serviço, todos os custos como taxas, impostos, fretes e outros.

4.2.3. A CONTRATADA deverá responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

4.2.4. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da FUNCITERN;

4.2.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da FUNCITERN, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela FUNCITERN;

4.2.6. Manter as condições de habilitação exigidas na licitação, durante o prazo do contrato;

4.2.7. Disponibilizar vigilantes em quantidade necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados, além de efetuar a reposição de vigilantes nos postos, de forma imediata, caso ocorra a ausência do mesmo;

4.2.8. Efetuar a imediata substituição ou correção do que estiver em desacordo com as exigências e/ou especificações deste Edital, no prazo assinado pela Administração da FUNCITERN;

4.2.9. Comunicar à FUNCITERN, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto;

4.2.10. Apresentar, em até 30 dias, comprovação que detém estrutura física de apoio em Areia Branca e Diogo Lopes, não necessariamente na forma de matriz ou filial, contendo equipe necessária capacitada para deslocamento em razão de invasões, casos fortuitos ou força maior, considerando a necessidade do projeto, para maior eficácia e celeridade nas soluções emergenciais de segurança das respectivas áreas objeto do contrato.

4.2.10.1. Não será permitido utilizar a base do projeto como local de apoio.

4.2.10.2. A não comprovação no prazo estipulado incorrerá na rescisão do contrato e as demais sanções previstas em lei, bem como na aplicação de multa no valor de 20% do valor total do contrato.

4.2.11. Apresentar um plano de ação em caso de emergência na localidade monitorada, citando os elementos contidos no item 4.2.10;

4.2.12. Apresentar plano de manutenção e de reparação dos itens contidos no objeto da contratação;

4.2.13. Estar devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e possuir profissional qualificado em seu corpo técnico, com formação em engenharia elétrica, detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado, nos quais compreendem a montagem da infraestrutura para a implantação de todo o sistema de monitoramento remoto, sendo circuito fechado (CFTV) e alarme, meios de vigilância eletrônica, entre outros.

5. PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente, conforme os serviços executados durante cada mês;

5.2. A Contratada deverá encaminhar através de instrumentos formais (ofícios, e-mail ou outra modalidade ideográfica) a Nota Fiscal com descrição dos serviços e os demais documentos necessários;



5.3. O pagamento será efetivado no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de emissão da nota fiscal e mediante apresentação da regularidade fiscal;

5.4. A nota fiscal que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal corrigida;

5.5. O pagamento fica vinculado a verificação de regularidade fiscal da empresa, ficando a CONTRATADA, ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.

5.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação seguem a relação de dotação orçamentaria do Projeto solicitante.

7. VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo o mesmo ser renovado mais 4 (quatro) vezes, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que, em comum acordo entre as partes

8. MÉTODO DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

8.1. O procedimento licitatório será por meio da modalidade de pregão eletrônico, através da Plataforma BB Licitações. Dessa forma, em atenção ao Art. 33, § único do Decreto 8.241/14, justifica-se a realização a escolha do pregão eletrônico como forma de abranger a concorrência, permitindo maior competitividade e obtenção da melhor proposta.

8.2. A avaliação das propostas será pelo critério de menor preço por item.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Todas as demais obrigações deverão seguir a praxe administrativa já adotada por esta Fundação, devendo ser observadas as redações firmadas em editais pretéritos, em consonância com a legislação específica, no que concerne as penalidades, condições de participação (habilitação e classificação), e demais critérios já firmados por esta Fundação.

Mossoró/RN, 01 de novembro de 2023.

Sabrina Maria Pessoa Lopes
Setor de Compras da FUNCITERN



**FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE –
FUNCITERN**

Rua Machado de Assis, 394 – Centro. Edifício Empresarial Antônio Bolão, CEP 59.610-030, Mossoró-RN.
Fone/Fax (84) 3316-9868 – E-mail: funcitern@gmail.com
CNPJ: 21.212.556/0001-11 – Insc. Municipal: 024.085-0 – Insc. Estadual: Isenta

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023 - FUNCITERN

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUNCITERN E A EMPRESA..... PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E PATRULHAMENTO COM VIGILÂNCIA ELETRÔNICA ATRAVÉS DE SISTEMAS DE ALARMES, COM CÂMERAS EM TODO PERÍMETRO E MONITORAMENTO 24H, DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA GERAÇÃO PRÓPRIA DE ENERGIA (ATRAVÉS DE SISTEMA SOLAR), ACESSÓRIOS E SOFTWARE DE COMUNICAÇÃO COM A CENTRAL DE MONITORAMENTO; DEVE INCLUIR TAMBÉM O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, PREPARAÇÃO E MONTAGEM DA INFRAESTRUTURA PARA A IMPLANTAÇÃO DE TODO O SISTEMA DE MONITORAMENTO REMOTO, SENDO CIRCUITO FECHADO (CFTV) E ALARME, ALÉM DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A CADA 15 DIAS, COM DISPONIBILIDADE DE ATENDIMENTO DE UM TÉCNICO, EM ATÉ 24H, EM CASO DE PANE.

CONTRATANTE: A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUNCITERN, situada na Av. Prof. Antônio Campos, s/n Campus Universitário Central, prédio das Pró-Reitorias, bairro Presidente Costa e Silva, CEP 59.625-620 – Mossoró-RN RN, neste ato representada por seu _____, Sr. _____, portador do Registro Geral nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: NOME DA EMPRESA, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com sede na _____, nº _____, CEP: _____, CIDADE/UF, neste ato representado por seu _____, Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº. _____ e no Registro Geral sob o nº. _____, residente e domiciliado em _____, a seguir denominada **CONTRATADA**.

Pelo presente instrumento particular, as partes acima, devidamente qualificadas, doravante denominadas, simplesmente, **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, na melhor forma de direito, ajustam entre si, a presente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E PATRULHAMENTO COM VIGILÂNCIA ELETRÔNICA ATRAVÉS DE SISTEMAS DE ALARMES, COM CÂMERAS EM TODO PERÍMETRO E MONITORAMENTO 24H, DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA GERAÇÃO PRÓPRIA DE ENERGIA (ATRAVÉS DE SISTEMA SOLAR), ACESSÓRIOS E SOFTWARE DE COMUNICAÇÃO COM A CENTRAL DE MONITORAMENTO; DEVE INCLUIR TAMBÉM O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, PREPARAÇÃO E MONTAGEM DA INFRAESTRUTURA PARA A IMPLANTAÇÃO DE TODO O SISTEMA DE MONITORAMENTO REMOTO, SENDO CIRCUITO FECHADO (CFTV) E ALARME, ALÉM DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A CADA 15 DIAS, COM DISPONIBILIDADE DE ATENDIMENTO DE UM TÉCNICO, EM ATÉ 24H, EM CASO DE PANE**, de acordo com a Lei 8.666, de 21 de junho 1993, Decretos, Portarias e Instruções Normativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento



para atender às necessidades da **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUNCITERN**, obedecendo as **Especificações e Quantitativos**, descritos no Termo de Referência, anexo do Edital, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA-DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa, para prestação de serviços de monitoramento e patrulhamento com vigilância eletrônica através de sistemas de alarmes, com câmeras em todo perímetro e monitoramento 24h, disponibilização de equipamentos para geração própria de energia (através de sistema solar), acessórios e software de comunicação com a central de monitoramento; deve incluir também o fornecimento dos materiais, preparação e montagem da infraestrutura para a implantação de todo o sistema de monitoramento remoto, sendo circuito fechado (cftv) e alarme, além da manutenção preventiva e corretiva a cada 15 dias, com disponibilidade de atendimento de um técnico, em até 24h, em caso de pane. O serviço deve contemplar duas bases do Projeto PMP2, gerenciado pela Fundação, sendo elas, o Centro de Reabilitação de Fauna Marinha (CRF) – Areia Branca/RN e a Base Operacional de Diogo Lopes – Macau/RN, com vigência do contrato de 12 (doze) meses, com a possibilidade de renovação como versa lei que rege esse modelo de contratação, obedecendo as Especificações, Exigências e Quantitativos, descritos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL E DO PAGAMENTO

2.1. O valor do presente contrato é de R\$ XXXXXXXX (XXXX).

2.2. A CONTRATADA deve apresentar ao Setor de Recebimento da FUNCITERN nota fiscal/fatura discriminada, em **02 (duas) vias**, para liquidação e pagamento da despesa pela FUNCITERN, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente, preferencialmente no Banco do Brasil, a ser indicada pelo fornecedor e/ou prestador de serviços;

2.3. A FUNCITERN poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos do Edital;

2.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

2.5. Atesto de conformidade da entrega do(s) produto(s);

2.6. Comprovação de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal do domicílio ou sede;

2.7. As despesas inerentes a este Pregão correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias conforme item 11 do edital.

2.8. É expressamente proibido a realização de pagamentos antecipados.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. A empresa deverá prestar os serviços de monitoramento e patrulhamento com vigilância eletrônica através de sistemas de alarmes, com câmeras em todo perímetro e monitoramento 24h;

3.2. A empresa deve disponibilizar também acessórios e software de comunicação com a central de monitoramento, além de equipamentos para geração própria de energia (através de sistema solar), e garantir o acesso à internet, visto que no local não dispõe de energia elétrica e internet para comunicação.

3.3. A empresa deverá disponibilizar profissionais devidamente capacitados, além de fornecer uniformes adequados, EPIs, e arcar com as despesas dos funcionários, como: transporte, alimentação e estadias, não acarretando qualquer custo extra para a Contratante;

3.4. Deve incluir também o fornecimento dos materiais, a preparação e montagem da infraestrutura para a implantação de todo o sistema de monitoramento remoto, devendo ter o circuito fechado (CFTV) e alarme;



- 3.5. Também fará parte do contrato a manutenção preventiva e corretiva a cada 15 dias, com a disponibilidade de atendimento de um técnico, em até 24h, em caso de pane;
- 3.6. O serviço irá contemplar duas bases do Projeto PMP2, gerenciado pela Fundação, sendo elas o Centro de Reabilitação de Fauna Marinha (CRF) – Areia Branca/RN e a Base Operacional de Diogo Lopes – Macau/RN;
- 3.7. O custo total da contratação deve incluir os seguintes itens obrigatórios para a execução do serviço:
- a) Duas centrais de alarme de monitoramento via internet/GPRS;
 - b) Oito sensores de presença pet, com regulagem acima de 30Kg;
 - c) Dez sensores infravermelhos ativos IRA 115, ou modelo superior;
 - d) Oito câmeras sem fio IM5 S com cartão SD 64, ou modelo superior;
 - e) Um DVR 16 canais 1080P;
 - f) Dezesesseis câmeras full 1080P;
 - g) Três caixas de cabo cat 5 100% cobre;
 - h) Duas baterias 7 Amper 12WTS, ou modelo superior;
 - i) Um power conversor 16 canais 1080P;
 - j) Cinquenta conectores RJ 45;
 - k) Dois rack 12U, ou modelo superior;
 - l) Um moldem com chip integrado para geração de comunicação com a central de monitoramento;
 - m) Duas baterias de gel 100 Amper estacionária, ou modelo superior.
 - n) Um sistema de geração de energia própria, através de placas fotovoltaicas, além de garantir o acesso à internet, visto que no local não dispõe de energia elétrica e internet para comunicação;
 - o) Seis patrulheiros não armados com escala 12x36.
- 3.8. O custo final também deve conter todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como outras despesas que incidam na contratação.
- 3.9. A equipe deve comunicar a Contratante imediatamente, qualquer anormalidade verificada, ou qualquer acontecimento entendido como irregular, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias. Além de registrar e controlar diariamente as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços.
- 3.10. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientações recebidas do Contratante, além de fiscalizar a entrada e saída dos veículos, pessoas e materiais nas instalações, permitindo a entrada somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas.
- 3.11. Agir em caso de flagrante delito de modo a reprimir crimes e infrações ambientais no interior das unidades.
- 3.12. Executar as rondas diárias conforme orientações recebidas do Contratante, verificando todas as dependências das instalações, além de adotar todos os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções do Projeto.
- 3.13. Apresentar, em até 30 dias, comprovação que detém estrutura física de apoio em Areia Branca e Diogo Lopes, não necessariamente na forma de matriz ou filial, contendo equipe necessária capacitada para deslocamento em razão de invasões, casos fortuitos ou força maior, considerando a necessidade do projeto, para maior eficácia e celeridade nas soluções emergenciais de segurança das respectivas áreas objeto do contrato.
- 3.14. Apresentar um plano de ação em caso de emergência na localidade monitorada, citando os elementos contidos no item 3.13.;
- 3.15. Apresentar plano de manutenção e de reparação dos itens contidos no objeto da contratação;
- 3.16. A contratada deve cumprir a programação dos serviços feita pela Contratante, de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos animais e dos empregados. As ações de vigilância devem se restringir aos limites das instalações e áreas de atuação do Contratante.



3.17. A empresa deve executar os trabalhos, de forma a garantir os melhores resultados, com boa qualidade dos serviços. A Contratada deverá se responsabilizar integralmente pelos serviços ofertados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.

3.18. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução de serviços em desacordo com as especificações exigidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

4.1.2. Designar fiscal de contrato e acompanhar e fiscalizar do fornecimento dos serviços, comunicando à CONTRATADA, quaisquer irregularidades, solicitando a imediata substituição ou correção do que estiver em desacordo com as exigências e/ou especificações deste edital;

4.1.3. Efetuar o pagamento à empresa fornecedora no valor correspondente, no prazo e forma estabelecidos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências desta contratação;

4.1.4. A FUNCITERN não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa fornecedora com terceiros, ainda que vinculados à aquisição do bem, como também não responderá por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa fornecedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.2.1. A empresa fornecedora deve cumprir todas as condições e obrigações constantes no Termo de Referência (Conforme Item 3 e 4) e sua proposta, assumindo com exclusividade os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.2.2. Deverão estar inclusos, no valor do serviço, todos os custos como taxas, impostos, fretes e outros.

4.2.3. A CONTRATADA deverá responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

4.2.4. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da FUNCITERN;

4.2.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da FUNCITERN, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela FUNCITERN;

4.2.6. Manter as condições de habilitação exigidas na licitação, durante o prazo do contrato;

4.2.7. Disponibilizar vigilantes em quantidade necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados, além de efetuar a reposição de vigilantes nos postos, de forma imediata, caso ocorra a ausência do mesmo;

4.2.8. Efetuar a imediata substituição ou correção do que estiver em desacordo com as exigências e/ou especificações deste Edital, no prazo assinado pela Administração da FUNCITERN;

4.2.9. Comunicar à FUNCITERN, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto;

4.2.10. Apresentar, em até 30 dias, comprovação que detém estrutura física de apoio em Areia Branca e Diogo Lopes, não necessariamente na forma de matriz ou filial, contendo equipe necessária capacitada para deslocamento em razão de invasões, casos fortuitos ou força maior, considerando a necessidade do projeto, para maior eficácia e celeridade nas soluções emergenciais de segurança das respectivas áreas objeto do contrato.



4.2.11. Apresentar um plano de ação em caso de emergência na localidade monitorada, citando os elementos contidos no item 4.2.10;

4.2.12. Apresentar plano de manutenção e de reparação dos itens contidos no objeto da contratação;

4.2.13. Estar devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e possuir profissional qualificado em seu corpo técnico, com formação em engenharia elétrica, detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado, nos quais compreendem a montagem da infraestrutura para a implantação de todo o sistema de monitoramento remoto, sendo circuito fechado (CFTV) e alarme, meios de vigilância eletrônica, entre outros.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura e será restrito à vigência do respectivo crédito orçamentário, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993, podendo o mesmo ser renovado mais 4 (quatro) vezes, limitando a 60 (sessenta) meses, desde que, em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

6.1. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato, mediante celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar/aceitar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a FUNCITERN, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e seus Anexos e das demais cominações legais, tudo depois de garantido o direito de prévia defesa;

7.2. Caso à adjudicatária se recuse a assinar o Contrato/autorização de fornecimento, dentro do prazo e condições estabelecidas, reservar-se-á à FUNCITERN, o direito de convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação;

7.2.1. Ocorrendo a situação prevista na cláusula anterior, será facultado ao pregoeiro negociar com o(s) licitante(s) remanescente(s), objetivando alcançar melhores preços, prazos e condições de entrega;

7.2.2. Fica a critério da FUNCITERN a convocação e a contratação do(s) licitante(s) remanescente(s) nos termos do item 6.2.1;

7.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, após o término do prazo estipulado para a entrega do objeto, a FUNCITERN poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a FUNCITERN, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3.1. A multa prevista no item 6.3, alínea "b", será aplicada quando a Contratada descumprir cláusulas editalícias, não observar o prazo de execução dos serviços, ou retardar a assinatura do contrato. O valor da multa será aplicado no percentual de 1,0% (Um por cento) sobre o valor total da Autorização de fornecimento, por infração a qualquer cláusula ou condição não solucionada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, que será automaticamente descontado do valor do faturamento que a CONTRATADA vier a fazer jus, somados a multa de mora de 0,30% (trinta décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, independentemente das sanções legais que possam ser aplicadas, salvo se o prazo for prorrogado pela administração da FUNCITERN;

7.4. As sanções previstas no subitem 7.3 (advertência, suspensão temporária de participação em licitação promovida pela



FUNCITERN e impedimento de contratar com a Administração, e declaração de inidoneidade) poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.5. A licitante estará, ainda, sujeita às penalidades;

7.6. DA APLICAÇÃO DA MULTA

7.6.1. Ocorrida à inadimplência, a multa será aplicada pela FUNCITERN, observando-se o seguinte:

7.6.1.1. A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias;

7.6.1.2. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela licitante vencedora, esta será convocada a recolher à FUNCITERN, o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da comunicação;

7.6.1.3. A CONTRATADA terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data da cientificação da aplicação da multa, para apresentar recurso à FUNCITERN. Ouvido o encarregado para o acompanhamento da entrega do material, o recurso será apreciado pela Administração da FUNCITERN, que poderá relevar ou não a multa, sendo fundamentada a decisão da FUNCITERN;

7.6.1.4. Em caso de relevação da multa, a FUNCITERN se reserva no direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados;

7.6.1.5. Caso a FUNCITERN mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo;

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O contrato será reincidido de pleno direito, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial para apuração de responsabilidade civil, administrativa e criminal quando a contratada:

8.1.1. Recusar-se a fornecer o produto, de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.2. Falir ou dissolver-se;

8.1.3. Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes deste contrato;

8.2. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido, mediante aviso prévio, por escrito, e com antecedência mínima de 30 (TRINTA) DIAS):

8.2.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

8.2.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993;

8.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa;

8.4. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666, de 1993;

8.5. Os termos de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

8.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.5.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO E VALIDADE

9.1. Incumbirá a CONTRATANTE, às suas expensas, a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial do Estado, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA -DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Página 25 de 26

